FEDERAÇÃO DE JUDÔ DO AMAZONAS – FEJAMA
CNPJ/MF- 05.473.558/0001-08

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ELEITORAL

A FEDERAÇÃO DE JUDÔ DO AMAZONAS – FEJAMA, neste ato representada pelo Interventor Judicial, que assina ao final, faz cumprir os termos da r. decisão judicial proferida nos autos do processo nº 0106477-95.2025.8.04.1000, da 01ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus.

Para tanto, considerando o último ano-calendário esportivo de 2024, convoca os membros do colegiado eleitoral, com direito a voz e voto, para a Assembleia Geral Extraordinária Eleitoral, a ser realizada no dia 07 de maio de 2026, no auditório da Sala Monet I – Da Vinci Hotel & Conventions, localizado na Rua Belo Horizonte, nº 240-A, Adrianópolis, Manaus/AM, CEP 69057-060, às 16h00, em primeira convocação, e às 16h30, em segunda e última convocação, para, na forma do art. 31, VI, do Estatuto Social da FEJAMA, deliberar sobre a pauta abaixo discriminada:

1. Eleição dos seguintes membros dos poderes da FEJAMA, para o mandato excepcional de maio/2026 até março/2029 (ano seguinte ao da realização dos Jogos Olímpicos de Verão, conforme determina o art. 8º, parágrafo único, inciso I, do Estatuto Social da Confederação Brasileira de Judô – CBJ, aplicável às suas filiadas):

a) Presidência – Presidente e 02 (dois) Vice-Presidentes;
b) Conselho Fiscal – 03 (três) membros efetivos e 01 (um) membro suplente;
c) Conselho de Ética – 03 (três) membros efetivos; e
d) Conselho de Administração – 01 (um) membro independente.

Manaus, 02 de abril de 2026.
RAIMUNDO FORTUNATO DA SILVA JUNIOR
Interventor Judicial
Proc. nº 0106477-95.2025.8.04.1000

Extrato do Primeiro Termo de Aditivo de Prazo ao Termo de Contrato n.º 012/2025

Espécie: Primeiro Termo de Aditivo de Prazo ao Termo de Contrato n.º 012/2025
Inexigibilidade de Licitação: 008/2025
Processo Licitatório: 021/2025
Locatária: Prefeitura Municipal de Apuí/AM, CNPJ n.º 22.812.960/0001-99
Locadora: Rosimeire Dias Terra, CPF nº 897.446.672-49
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de Locação de Imóvel Residencial para Estadia de Trânsito dos Servidores de Segurança Pública, do Distrito de Sucunduri, Apuí/AM.
Valor do Aditivo: R$ 30.240,00 (trinta mil, duzentos e quarenta reais)
Valor Global Atualizado: R$ 60.480,00 (sessenta mil, quatrocentos e oitenta reais).
Vigência: 16 de abril de 2026 a 15 de abril de 2027.
O inteiro teor do termo encontra-se disponível para consulta no Setor de Contratos – SEMAD.

Apuí/AM, 02 de abril de 2026.
Antônio Marcos Maciel Fernandes
Prefeito Municipal

IGOAM
INSTITUTO DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA DO AMAZONAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O INSTITUTO DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA DO ESTADO DO ESTADO DO AMAZONAS S/S LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 84.540.376/0001-89, situada na rua Cametá, n. 06, cj. Deborah, bairro Dom Pedro, convoca todos os seus associados em n.º 158 (cento e cinquenta e oito) para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia **15 de abril de 2026,** na sede do Igoam situada na Rua Cametá nº 06 Q/01 - Cj. Déborah – D. Pedro, às 17h:30; 18h:30 e 19h:30, respectivamente, em 1ª convocação, com dois terços dos sócios em condição de votar, em 2ª convocação, com metade mais um dos sócios e em 3ª e última convocação, com o mínimo de 10 sócios, para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

1 - Alteração do Contrato Social para Transformação de Sociedade Simples para Sociedade Empresária;

2 - Deliberação da Transformação de Sociedade Simples para Sociedade Empresária.

Manaus (AM), quinta-feira, 02 de abril de 2026.

CESAR KUHNERT DOURADO
Diretor-Presidente

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE – SEMMAS

IMPERIO DAS FORMULAS FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA, CNPJ 43.098.481/0001-22 torna público que recebeu da SEMMAS a LMO n° 16/2022-1, referente o Protocolo: AMA2400004310, que autoriza a Atividade Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários com Finalidade autorizar a fabricação e manipulação de produtos farmacêuticos, não associados à fabricação, com Coordenadas Geográficas 03°07'34,5"S; 60°01'05,8" W, com validade 04/10/2027, sito Avenida Leonardo Malcher, 1444 - Centro – MANAUS -AM - CEP 69.010-170

Livre CUT SINTTEL-AM
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES NO ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Coordenadora Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações, Transmissão de Dados e Correio Eletrônico, Telefonia Móvel Celular, Serviços Troncalizados de Comunicação, Rádio chamada, Telemarketing, Projeto, Construção, Instalação e Operação de Equipamentos e Meios Físicos de Transmissão de Sinal, Similares e Operadores de Mesas Telefônicas do Estado do Amazonas – SINTTEL-AM, entidade constituída para coordenação, defesa e representação legal dos trabalhadores em telecomunicações, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca toda a categoria para participar da Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 09 de abril de 2026, às 18:00h, na sede do SINTTEL-AM, sito à Rua Comendador Alexandre Amorim, 392 – Aparecida, em primeira convocação e, na falta de quorum mínimo estatutário, às 18:30h, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores, para tratar da seguinte ordem do dia:

1.da prestação de contas dos períodos de: janeiro de 2024 a dezembro de 2024, e, janeiro de 2025 a dezembro de 2025.

Manaus, 06 de abril de 2026.

Lacy da Matta Rocha
Coordenadora Geral do SINTTEL-AM

MULTIPLATAFORMA
DISPONÍVEL EM TODAS AS PLATAFORMAS DIGITAIS

Jornal do Commercio
JCAM
JCAM.COM.BR

BEMOL S.A. CNPJ
CNPJ 04.565.289/0001-47

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4 (a)	294.098	106.841	457.927	199.862
Aplicações financeiras	4 (b)	-	-	23.048	-
Clientes	5	1.188.628	1.055.061	1.188.628	1.055.061
Operações de crédito	6	-	-	858.273	549.314
Estoques	7	615.306	609.034	615.306	609.034
Partes relacionadas ativo	21	31.425	52.847	-	-
Tributos a recuperar	8	106.327	145.047	119.750	147.163
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.867	4.007	2.867	4.007
Importação em andamento		13.651	-	13.651	
Outros ativos	12	134.967	128.261	146.829	135.011
Total dos ativos circulantes		**2.387.269**	**2.101.098**	**3.426.279**	**2.699.452**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas	4 (b)	47.546	20.680	47.546	20.680
Operações de crédito	6	-	-	242.420	291.425
Outros ativos	12	45.092	38.819	45.091	43.446
Tributos a recuperar	8	62.629	93.494	62.629	100.109
Imposto diferido ativo	25	42.315	17.630	42.315	17.630
Depósitos judiciais		162	78	162	78
Outorgas de permissão		-	-	9.288	9.288
Total do realizável a longo prazo		**197.744**	**170.701**	**449.451**	**482.656**
Investimentos	9	455.763	340.954	-	-
Imobilizado	11	315.622	309.417	315.622	309.417
Direito de uso em arrendamento	10	213.943	216.494	213.943	216.494
Intangível		2.247	2.784	7.975	2.784
		987.575	**869.649**	**537.540**	**528.695**
Total dos ativos não circulantes		**1.185.319**	**1.040.350**	**986.991**	**1.011.351**
Total do ativo		**3.572.588**	**3.141.448**	**4.413.270**	**3.710.803**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	13	457.064	419.478	473.153	431.906
Empréstimos e financiamentos	14	40.327	70.803	40.326	70.803
Debêntures e notas comerciais	15	137.421	168.046	137.421	168.046
Obrigações trabalhistas	16	84.181	63.178	95.932	70.213
Obrigações tributárias	17	102.915	65.852	105.801	68.652
Imposto de renda e contribuição social a pagar		16	1.011	3.211	1.368
Fundo de investimento em direitos creditórios CP	22	-	-	77.669	81.534
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	23	-	-	7.305	3.508
Juros sobre capital próprio	24 (e)	209.550	158.975	209.550	158.975
Arrendamentos a pagar	18	58.710	21.084	58.710	21.084
Dividendos a pagar	24 (c)	26.419	52.470	26.420	52.470
Outros passivos	19	275.803	218.135	206.483	183.320
Total do passivo circulante		**1.392.406**	**1.239.032**	**1.441.981**	**1.311.879**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	231.480	168.183	231.480	168.183
Debêntures e notas comerciais	15	417.308	222.446	417.308	222.446
Fundo de investimento em direitos creditórios	22	-	-	633.286	377.666
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	23	-	-	90.501	65.776
Arrendamentos a pagar	18	155.233	195.410	155.233	195.410
Imposto diferido passivo	25	-	-	66.936	52.417
Provisão para riscos	20	4.058	3.309	4.420	3.933
Total dos passivos não circulantes		**808.079**	**589.348**	**1.599.164**	**1.085.831**
Patrimônio líquido	**24**				
Capital social		1.050.000	700.000	1.050.000	700.000
Reservas e retenção de lucros		290.719	580.783	290.719	580.783
Ajustes de avaliação patrimonial		31.384	32.285	31.384	32.285
Patrimônio líquido atribuível aos sócios controladores		**1.372.103**	**1.313.068**	**1.372.103**	**1.313.068**
Patrimônio líquido atribuível aos sócios não controladores		-	-	22	25
Total do patrimônio líquido		**1.372.103**	**1.313.068**	**1.372.125**	**1.313.093**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.572.588**	**3.141.448**	**4.413.270**	**3.710.803**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Receita líquida de vendas	26	3.807.548	3.545.109	4.490.771	3.933.579
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	27	(2.622.448)	(2.381.267)	(2.995.582)	(2.563.418)
Lucro bruto		**1.185.100**	**1.163.842**	**1.495.189**	**1.370.161**
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	27	(883.865)	(765.773)	(902.560)	(768.359)
Gerais e administrativas	27	(333.148)	(294.443)	(420.974)	(354.267)
Resultado de equivalência patrimonial	9	120.545	85.087	-	-
Outras receitas operacionais	27	132.136	148.071	141.126	146.809
Total receitas (despesas) operacionais, líquidas		**(964.332)**	**(827.058)**	**(1.182.408)**	**(975.817)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**220.768**	**336.784**	**312.781**	**394.344**
Resultado financeiro, líquido	**28**				
Receitas financeiras		153.992	160.546	224.119	196.129
Despesas financeiras		(178.419)	(143.265)	(282.976)	(185.143)
		(24.427)	**17.281**	**(58.857)**	**10.986**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**196.341**	**354.065**	**253.924**	**405.330**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	25	(20.845)	(50.261)	(63.922)	(79.019)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	24.222	(4.427)	9.719	(22.726)
Lucro líquido do exercício		**199.718**	**299.377**	**199.721**	**303.585**
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(3)	5
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		**199.718**	**299.377**	**199.718**	**303.590**
Média ponderada das ações no exercício (em milhares)	24 (g)			810.000	350.000
Lucro básico e diluído por ação no exercício - em R$	24 (g)			0,25	0,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício		199.718	299.377	199.718	303.590
Ajuste em:					
Depreciação de Imobilizado e Direito de uso e amortização de intangível	10 e 11	70.531	66.954	70.531	66.954
Juros e variações monetárias de empréstimos, financiamento, debêntures e notas comerciais	14 e 15	110.698	77.445	110.698	77.445
Juros sobre participação de terceiros em FIDC e CRI	22 e 23	-	-	120.500	41.165
Rendimentos sobre aplicações financeiras vinculadas	4 (b)	(2.836)	(2.112)	(2.836)	(2.112)
Resultado da baixa de imobilizado e intangível	11	3.488	3.007	3.488	3.007
Ajuste a valor presente	5	(63.205)	30.781	(63.205)	30.781
Provisão para perdas de crédito esperada contas a receber e operação de crédito	5 e 6	94.177	61.522	292.796	105.760
Provisão para riscos	20	749	894	487	1.069
Provisão para perda em estoque	7	102	298	102	298
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	25	20.845	50.261	63.922	79.019
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	(24.222)	4.427	(9.703)	22.726
Resultado da equivalência patrimonial	9	(120.545)	(85.087)	-	-
Juros sobre arrendamento a pagar	18	68.794	51.295	68.794	51.295
Créditos tributados e atualização monetária	8 (b)	-	63.876	-	63.876
Outros		(1.363)	-	(1.363)	(4.204)
(Aumento) redução dos ativos					
Aplicações financeiras		-		(23.048)	
Clientes		(164.539)	(189.259)	(164.539)	(189.259)
Operações de crédito		-	-	(458.572)	(435.251)
Estoques		(6.374)	(137.219)	(6.374)	(137.219)
Tributos a recuperar		70.725	801.045	66.033	802.809
Instrumentos financeiros derivativos		-	6.803	-	6.803
Outros ativos		(42.190)	(103.216)	(48.412)	(112.109)
Depósitos judiciais		(84)	(13)	(84)	(13)
Aumento (redução) dos passivos					
Fornecedores e outras contas a pagar		37.586	24.911	41.247	26.123
Obrigações trabalhistas		21.003	7.232	25.719	12.790
Obrigações tributárias		37.063	28.349	37.149	30.662
Partes relacionadas		-	27.878	-	-
Outras contas a pagar		57.670	20.725	23.163	41.452
		367.791	1.110.174	346.211	887.457
Imposto de renda e contribuição social pagos	25	(21.840)	(90.645)	(62.080)	(119.423)
Imposto de Renda sobre Juros sobre o capital próprio pagos	24 (e)	(14.175)	-	(14.175)	(5.250)
Juros sobre arrendamentos pagos	18	(36.401)	(32.309)	(36.401)	(32.309)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	14 e 15	(99.484)	(62.695)	(99.484)	(62.695)
Juros pagos por participação de terceiros em FIDC	22	-	-	(251.340)	(151.846)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado das atividades operacionais		**195.891**	**924.525**	**(117.269)**	**515.934**
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Investimentos em aplicações financeiras vinculadas	4 (b)	(26.500)	-	(26.500)	-
Resgates de aplicações financeiras vinculadas	4 (b)	2.470	1.812	2.470	1.812
Partes relacionadas - Mútuos a receber		21.422	- 8.755	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	11	(55.841)	(79.461)	(61.569)	(79.461)
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimento		**(58.449)**	**(86.404)**	**(85.599)**	**(77.649)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos, debêntures e nota comercial	14 e 15	425.000	188.025	425.000	188.025
Fundo de investimentos em direito creditório	22	-	-	373.221	312.492
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	23	-	-	37.897	69.284
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(239.159)	(251.727)	(239.159)	(251.727)
Pagamentos de arrendamentos	18	(34.944)	(31.047)	(34.944)	(31.047)
Dividendos pagos	24 (c)	(52.470)	(93.518)	(52.470)	(93.518)
Dividendos adicionais	24 (d)	(48.612)	(598.043)	(48.612)	(598.043)
Caixa líquido gerado das (utilizados nas) atividades de financiamento		**49.815**	**(786.310)**	**460.933**	**(404.534)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		**187.257**	**51.810**	**258.065**	**33.750**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		106.841	55.031	199.862	166.112
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		294.098	106.841	457.927	199.862
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		**187.257**	**51.810**	**258.065**	**33.750**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício	199.718	299.377	199.718	303.590
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	**199.718**	**299.377**	**199.718**	**303.590**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			199.721	303.585
Acionistas não controladores			(3)	5
Resultado abrangente total			**199.718**	**303.590**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros								
	Nota	**Capital social**	**Reserva legal**	**Reserva de incentivos fiscais**	**Reserva de lucros a realizar**	**Retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Patrimônio líquido atribuído a participação dos controladores**	**Participação dos acionistas não controladores**	**Total Patrimônio líquido consolidado**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**346.000**	**70.616**	**397.690**	**603.507**	**249.106**	**-**	**33.183**	**1.700.102**	**20**	**1.700.122**
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos		-	-	-	-	-	-	(897)	(897)	-	(897)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	299.377	-	299.377	5	299.382
Constituição de reserva legal	24a	-	14.969	-	-	-	(14.969)	-	-	-	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais	24b	-	-	74.528	-	-	(74.528)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	24f	-	-	-	70.781	51.628	(122.410)	-	(1)	-	(1)
Juros sobre o capital próprio	24e	-	-	-	-	-	(35.000)	-	(35.000)	-	(35.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	24c	-	-	-	-	-	(52.470)	-	(52.470)	-	(52.470)
Dividendos adicionais	24d				(598.043)	-	-	-	(598.043)	-	(598.043)
Aumento de capital	24j	354.000	- 70.616	- 283.384	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**700.000**	**14.969**	**188.834**	**76.245**	**300.734**	**-**	**32.286**	**1.313.068**	**25**	**1.313.093**
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos		-	-				-	(902)	(902)	-	(902)
Lucro líquido do exercício		-					199.718	-	199.718	(3)	199.715
Constituição de reserva legal	24a	-	10.826				(10.826)	-	-	-	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais	24b	-		84.055			(84.055)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	24f	-	-		(2.155)	(13.927)	16.082	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	24e	-	-				(94.500)	-	(94.500)	-	(94.500)
Dividendos mínimos obrigatórios	24c	-	-			29.752	(26.419)	-	3.333	-	3.333
Dividendos adicionais	24d				(48.614)			-	(48.614)	-	(48.614)
Aumento de capital	24j	350.000		(240.000)		(110.000)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.050.000**	**25.795**	**32.889**	**25.476**	**206.559**	**-**	**31.384**	**1.372.103**	**22**	**1.372.125**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional - A Bemol S.A. ("Bemol" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 20 de agosto de 1942, com sede na cidade de Manaus, estado do Amazonas. A Companhia opera sob a marca "Bemol", em lojas físicas que têm como objetivo a importação, distribuição e venda de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, aparelhos de telefonia celular, dentre outros produtos, nacionais e importados. A partir de dezembro de 2016, a Companhia passou a operar também no ramo de drogarias, sob a marca "Bemol Farma", em 2020 iniciou no ramo de mercado, sob a marca "Bemol Mercado" e em 2024 iniciou no ramo de saúde sob a marca "Bemol Saúde". As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Bemol" ou "Grupo"). Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuí 96 estabelecimentos e estão localizados nas regiões do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. Do total de 96 filiais, 37 são lojas de varejo, 45 são farmas, 7 centros de distribuição, 5 Stands 1 mercado e 1 clínica. A Companhia também opera no comércio eletrônico no site https://www.bemol.com.br/. **Relação das entidades controladas -** A Companhia possui participações em sociedades com personalidades jurídicas similares, sendo elas controladas, cujas denominações sociais e as respectivas participações estão demonstradas a seguir:

	Participação acionária %	
	2025	**2024**
Loteria Estrela de Davi Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Educandos Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Torquato Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Avenida Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Matriz Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Manauara Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Amazonas Shopping Ltda.	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	99,85%	99,85%
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	99,90%	99,90%
Loteria Bemol Ariquemes Ltda.	100%	100%
Loteria Bemol Ji-Paraná Ltda.	100%	100%
Loteria Bemol Boa Vista Ltda.	100%	100%
Loteria Bemol Ponta Negra Ltda.	100%	100%
Loteria Bemol Cruzeiro do Sul Ltda.	100%	100%
Bemol Serviços Financeiros Ltda. (b)	100%	100%
Bemol Energia Ltda. (c)	100%	100%

(a) Lotéricas "Empresas denominadas Loterias" - Referem-se a lotéricas autorizadas a funcionar pela Caixa Econômica Federal, para as quais foram efetuados pagamentos de outorgas de permissão com autorização de funcionamento pelo período de 20 anos desde a data da autorização de funcionamento, renováveis por igual período. **(b) Bemol Serviços Financeiros Ltda. -** Empresa com característica de Correspondente de Instituições Financeiras que atua como intermediário entre o cliente do Grupo e responsáveis por fornecer serviços financeiros, como contas bancárias, empréstimos, programa de pontos entre outros. **(c) Bemol Energia Ltda. -** Os Projetos da Bemol Energia Ltda. estão localizados no estado do Amazonas. A Empresa têm 3 usinas solares operacionais, com capacidade de geração total de 4,1MWp e base operacional de clientes, além do processo de faturamento junto a concessionária estabelecido. Todas as usinas estão enquadradas no GD1 (sistemas de energia solar residenciais e comerciais de pequeno porte com potência instalada até 75 kW). **2 Base de preparação -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). A Diretoria da Companhia aprovou em 23 de março de 2026, a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, estão apresentadas na nota explicativa nº 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.1 Base de mensuração -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros, exceto por instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, vide divulgações conforme nota explicativa nº 29 – Instrumentos financeiros. **2.2 Moeda funcional** - As demonstrações financeiras individuais e consolidada estão apresentadas em real (R$), que é a moeda funcionalda Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda diferente da funcional são convertidas para a respectiva moeda funcional da Controladora que é o Real, pelas taxas de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda diferente da funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. **2.3 Uso de estimativas e julgamento -** Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos do Grupo. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Julgamentos -** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 18 – Arrendamentos a pagar** - Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opções de prorrogação. **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas -** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 5 – Clientes** - Critérios e montantes para perda esperada de créditos; • **Nota explicativa nº 8 – Tributos a recuperar** - Critérios para avaliação dos prazos de recuperação dos créditos tributários envolvem elevado grau de julgamento na determinação de premissas de compensação; **a. Mensuração ao valor justo -** Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e; • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo e suas investidas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando disponível, do Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 29 – Instrumentos financeiros. **3 Políticas contábeis materiais -** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **1.1 Base de consolidação** - ***(i) Controladas -*** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido a partir do momento em que a Companhia tem o poder sobre a investida, exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. A Administração do Grupo, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas Empresas. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Empresa obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado das controladas éreconhecido por meio do método de equivalência patrimonial. ***(ii) Participação de acionistas não-controladores -*** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição ou data da sua constituição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. A participação dos acionistas não controladores, sobre as Empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido. ***(iii) Perda de controle -*** Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. ***(iv) Transações eliminadas na consolidação -*** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **1.2 Instrumentos financeiros - *(i) Reconhecimento e mensuração inicial*** - Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferênciapela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigaçõescontratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantinha os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais, e arrendamentos a pagar que surgem quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente -*** Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados por meio da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intençãode fazê-lo. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos*** - Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso dos instrumentos da Companhia, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do instrumento na moeda de referência. Há três níveis de hierarquia, de acordo com o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, o nível 1 tem preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, nível 2 tem preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos e passivos similares em mercados ativos e nível 3 cujo dados não são observáveis para o ativo ou passivo. Amensuração do valor justo da Companhia é classificada como nível 2. **1.3 Avaliação do valor recuperável dos ativos -** A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (*impairment*). Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo no resultado, são avaliados por indicadores de *impairment* na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados. Evidência objetiva de impairment poderia incluir, dentre outros: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; • Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal; e; • Quando torna-se provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos. Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber que considera o risco de crédito de um ativo financeiro, o qual a Companhia considera que aumentou significativamente o risco de perda para os títulos em aberto a mais de 180 dias, e considera também os títulos vencidos e a vencer destes respectivos clientes, considerando a provisão para todo esse ativo. **1.4 Caixa e equivalentes de caixa -** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Representam numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis aproximadamente até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. **1.5 Estoques -** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que estes custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. As provisões para obsolescência consideram mercadorias com giro lento, além da provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição. Os valores dos estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **1.6 Imobilizado -** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, construção e custo atribuído, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na nota explicativa nº 11. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ ou a fase de testes pré-operacionais dos bens. Itens do imobilizado são baixados quando da sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados do seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdasresultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício. **1.7 Arrendamentos** - A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de umativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Direito de uso em arrendamento -** A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entreo prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os arrendamentos se referem, preponderantemente, às lojas alugadas pela Companhia. **Arrendamentos a pagar -** Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na mensuração taxas nominais observáveis. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; e; • Pagamentos previstos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado se houver uma alteração nos pagamentos futuros resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação da opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor -** A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **1.8 Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **1.9 Provisões -** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **1.10 Receita - Reconhecimento de receita -** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais). A Companhia reconhece a receita quando: (i) transfere o controle do produto ou serviço ao cliente, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais. ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial -*** As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes, ou seja, quando ocorre a transferência do controle. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro e por meio de cartão de crédito, débito ou modalidade PIX (pagamento instantâneo). A receita oriunda das vendas das lojas físicas é reconhecida após o seu faturamento, entrega e aceite das mercadorias por parte dos clientes, que é quando os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. No caso o e-commerce, para determinar o momento em que a obrigação de desempenho é cumprida, a Companhia monitora o prazo de entrega das mercadorias aos clientes, efetuando ajustes na receita operacional quando necessário. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. A Companhia também opera com vendas na modalidade "crediário", e são cobrados juros em torno de 13,9% ao mês em clientes com atraso de até 180 dias, a partir do 181º dia de atraso o pagamento dos juros serão acrescidos de 3,5% ao mês. ***(ii) Vendas de serviços financeiros -*** A Companhia vende serviços de produtos financeiros e recebe pela intermediação da venda de seguros, garantia estendida e outros, os quais são reconhecidos no resultado da Companhia no mesmo momento em que ocorre a prestação do serviço. Nas operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados aos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento as obrigações das apólices vendidas. O Grupo realiza operações de crediário próprio, sendo fundamental para a condução dos negócios da Companhia, assim, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional, por estar completamente alinhada à sua natureza, além disso, também realiza venda de serviços de garantia estendida, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras como intermediador. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos. **1.11 Operações de crédito -** Referem-se a ativos financeiros compostos por empréstimos a pessoas físicas para obtenção dos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, mensurado ao custo amortizado. O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, acrescido dos ajustes efetuados pelo método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada. **1.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. No caso das operações de contas a receber de clientes, o ajuste a valor presente é reconhecido como redução da receita operacional líquida no momento inicial da transação, sendo apropriado ao longo do prazo da operação por meio do método do custo amortizado. Para passivos, quando aplicável, o ajuste a valor presente e sua reversão são reconhecidos no resultado, nas linhas de despesas ou receitas financeiras, e apropriados ao longo do prazo da operação utilizando-se a taxa de desconto considerada na mensuração inicial e o método do custo amortizado. **Subvenções governamentais e reserva de incentivos fiscais -** As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções mencionadas referem-se a Crédito Presumido do ICMS sobre as compras de mercadorias nacionais de outros Estados, que ao adentrar na Zona Franca de Manaus, o Estado do Amazonas por exigência do decreto nº 288/67, concede crédito presumido do ICMS em porcentagem e valor equivalente ao que foi desonerado na sua origem. Em função da sua natureza de tributo, essas subvenções são apresentadas na rubrica de receita líquida de vendas no resultado do exercício, e após o encerramento do exercício, no patrimônio líquido o valor do incentivo é transferido do "lucro líquido do exercício" para a rubrica de "Reserva de incentivos fiscais". Esses incentivos não são incluídos nos cálculos dos dividendos, consequentemente não são distribuídos, podem ser utilizados tão somente para aumento de capital social ou absorção de prejuízos, não podem ser distribuídos aos acionistas. **1.13 Tributação sobre a renda - Tributos correntes – Lucro real -** A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ounão dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma: • Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% parao montante de lucro tributável que exceder o valor de R$240. • Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): à alíquota de 9%. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. **Lucro presumido (Lotéricas) -** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados, trimestralmente, com base nas alíquotas de presunção de 8% e 12% sobre a receita bruta para se obter a base de cálculo, onde após as deduções se aplica a alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido." **Impostos diferidos -** O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passi-

continua.....

Assinado digitalmente por Empresa Jornal do Comercio Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site
http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/A30E-E5DF-59D9-02DA

Versão digital
Assinado digitalmente por Empresa Jornal do Comercio Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site
http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/ECEB-4F35-1502-09FD

...continuação

BEMOL S.A. CNPJ

CNPJ 04.565.289/0001-47

vos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficientepara que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir arecuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **1.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas -** A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações, e aprovados de acordo com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2025, não se espera que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC/IFRS	Data de vigência
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	1º de janeiro de 2026
Contracts Referencing Nature-dependent Electricity – Amendment to IFRS 9 and IFRS 7	1º de janeiro de 2026
Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11	1º de janeiro de 2026
IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statement	1º de Janeiro de 2027
IFRS 19 Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures	1º de Janeiro de 2027

Em relação aos normativos abaixo, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia concluiu que não há impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC/IFRS	Data de vigência
Moeda não conversível em outra moeda (alterações ao CPC 02/IAS 21)	1º de janeiro de 2025

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas - (a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	12.504	10.128	22.785	19.944
Aplicações financeiras	281.594	96.713	435.142	179.918
Total	**294.098**	**106.841**	**457.927**	**199.862**

As aplicações financeiras referem-se basicamente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, Aplicações Compromissadas e Automáticas, as quais remuneradas em 2025 com base no Certificado de Depósito Interbancário 94% a 100% a.a. (Em 2024, CDI 93% a 100% a.a) e pela taxa Selic. **(b) Aplicações financeiras (ativo circulante e não circulante)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	-	-	23.048	-
Aplicações financeiras vinculadas (a)	47.546	20.680	47.546	20.680
Total	**47.546**	**20.680**	**70.594**	**20.680**
Circulante	**-**	**-**	**23.048**	**-**
Não circulante	**47.546**	**20.680**	**47.546**	**20.680**

(a) As aplicações financeiras vinculadas são dadas como garantia as debêntures e notas comerciais (vide nota explicativa nº 14 e 15).

Consolidado e Controladora					
Instituição financeira	Saldo em 01/01/2024	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31/12/2024
Banco Itaú	20.380	-	(1.812)	2.112	20.680
	20.380	**-**	**(1.812)**	**2.112**	**20.680**

Consolidado e Controladora					
Instituição financeira	**Saldo em 01/01/2025**	**Aplicações**	**Resgates**	**Rendimentos**	**Saldo em 31/12/2025**
Banco Itaú	20.680	-	(2.470)	2.779	20.989
Banco Bradesco	-	26.500	-	57	26.557
	20.680	**26.500**	**(2.470)**	**2.836**	**47.546**

5 Clientes (Controladora e Consolidado)

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber - Pessoa física (a)	2.069.279	1.797.082
Contas a receber - Cartão de crédito	265.665	249.721
Repactuação de contas a receber em atraso	74.360	73.350
Contas a receber - Pessoa jurídica	15.724	13.921
Cheques devolvidos	685	690
Total	**2.425.713**	**2.134.764**
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(1.143.099)	(1.048.922)
Ajuste a valor presente	(93.986)	(30.781)
Total	**1.188.628**	**1.055.061**

(a) A Companhia também opera com vendas na modalidade "crediário", e são cobrados juros de mora de 13,9% ao mês para contratos com até 180 dias de atraso, a partir do 181º dia de atraso os juros de mora são de 3,5% ao mês. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, há contas a receber de cartão de crédito dado em garantia pela Companhia vinculado as Debêntures. (vide nota 15). Composição dos saldos por idade de vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	1.102.204	989.317
Vencidos:		
Até 30 dias	80.474	25.992
De 31 a 90 dias	54.880	30.707
De 91 a 180 dias	63.771	42.669
De 181 a 365 dias	74.050	79.743
Acima de 365 dias	1.050.334	966.338
Total	**2.425.713**	**2.134.764**

Movimentação para provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa - A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos. Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber que considera o risco de crédito de um ativo financeiro, o qual a Companhia considera que aumentou significativamente o risco de perda para os títulos em aberto a mais de 180 dias, e considera também os títulos vencidos e a vencer destes respectivos clientes, considerando a provisão para todo esse ativo.

Saldo inicial em 01/01/2023	(837.748)
Adição	(149.652)
Saldo em 31/12/2023	**(987.400)**
Adição	(61.522)
Saldo em 31/12/2024	**(1.048.922)**
Adição	(94.177)
Saldo em 31/12/2025	**(1.143.099)**

6 Operações de crédito (Consolidado)

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos pessoa física (a)	273.335	154.767
Direito Creditório (Recebíveis FIDC) (b)	1.168.110	863.282
Direito Creditório (Recebíveis CRI) (c)	131.396	90.195
	1.572.841	**1.108.244**
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(472.148)	(266.599)
Ajuste a valor presente	-	(906)
Total	**1.100.693**	**840.739**
Circulante	**858.273**	**549.314**
Não Circulante	**242.420**	**291.425**

(a) A operação de crédito são relacionadas aos valores a receber junto aos clientes da Bemol Serviços Financeiros Ltda., relacionados a empréstimos financeiros ou linhas de crédito. Os serviços estão relacionados a uma variedade de opções de empréstimo, incluindo empréstimos pessoais, empréstimos com garantia de imóveis, entre outros. Empréstimo pessoal com remuneração taxa média de 7,0% a.m e prazo médio de 10,6 meses. A maior a variação (representando cerca de 18% de crescimento em comparação a 2024), refere-se aos empréstimos com garantias de imóveis que representam desse montante R$226.494 (já considerando os juros), essa modalidade pode ser contratada com prazos de até 240 meses, razão pela qual a carteira acumula mais do que as outras modalidades de financiamento. Em 2025 os empréstimos efetivamente contratados possuem uma taxa média de 1,76% a.m e 179 meses de prazo médio. (b) A variação de direito creditório (recebíveis FIDC) do exercício 2025 em relação a 2024 decorre, principalmente, pelo aumento significativo no volume de operações cedidas no exercício atual, seguindo a estratégia da Companhia. Esse aumento na cessão foi impactado principalmente pelo aumento na contratação de crédito pessoal com a modalidade de garantia veicular (modalidade de garantia iniciada em 2025). (c) Em 15 de abril e 12 de dezembro de 2024 a empresa iniciou a operação de cessão de parte dos créditos com garantia imobiliária (Home Equity), realizando a 55ª e 87ª emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), respectivamente. Esta emissão é regida pela Lei nº 14.630/22 e pela resolução CVM nº 60/21, e teve como Companhia Securitizadora a Província, devidamente registrada na CVM sob o nº 132. Esses créditos são lastreados em Cédulas de Crédito Bancário (CCB) garantidas por alienação fiduciária de imóveis. Composição dos saldos por idade de vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	1.162.591	726.799
Vencidos:		
Até 30 dias	65.438	59.883
De 31 a 90 dias	73.425	15.659
De 91 a 180 dias	90.772	26.927
De 181 a 365 dias	95.063	27.568
Acima de 365 dias	85.552	251.408
Total	**1.572.841**	**1.108.244**

Movimentação para provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa - A provisão é reconhecida sempre que houver evidência de redução no valor para perdas esperadas dos ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado. A provisão para perdas esperadas é mensurada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado após a mudança de estimativa. Como critérios para constituição da provisão a Administração utiliza como critério a avaliação da recuperação histórica por faixa de atraso e percentual de perda efetivo sobre os saldos do contas a receber.

Saldo em 31/12/2023	**(222.361)**
Adição	(44.238)
Saldo em 31/12/2024	**(266.599)**
Adição	(205.549)
Saldo em 31/12/2025	**(472.148)**

7 Estoques (Controladora e Consolidado)

	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias em centros de distribuição	391.385	385.357
Mercadorias em lojas	176.848	181.465
Medicamentos	43.142	35.849
Materiais de consumo	10.331	12.661
Provisão para perdas de estoques (obsolescência e quebras)	(6.400)	(6.298)
Total	**615.306**	**609.034**

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não há estoques dados em garantia pela Companhia. A movimentação das perdas por obsolescência:

Saldo inicial em 01/01/2024	(6.000)
Adição	(298)
Saldo em 31/12/2024	**(6.298)**
Adição	(102)
Saldo em 31/12/2025	**(6.400)**

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
INSS a recuperar	-	-	1.154	-
ISS a recuperar	-	-	61	-
ICMS a recuperar	150.393	193.655	150.393	193.656
PIS a recuperar	-	-	810	887
COFINS a recuperar	2.208	-	2.783	1.098
IRRF a recuperar	-	-	30	131
IRPJ a recuperar (a)	16.355	44.886	25.086	50.561
CSLL a recuperar	-	-	2.062	939
Total	**168.956**	**238.541**	**182.379**	**247.272**
Circulante	106.327	145.047	119.750	147.163
Não circulante	62.629	93.494	62.629	100.109
Total	**168.956**	**238.541**	**182.379**	**247.272**

(a) A Companhia obteve êxito na tese de exclusão do IRPJ e da CSLL, conforme decisão judicial transitada em julgado em 1º de dezembro de 2023. Posteriormente, a homologação da desistência de execução ocorreu em 26 de março de 2024, e a habilitação do crédito para compensação foi concluída em 24 de junho de 2024, resultando no reconhecimento de créditos tributários cujo valor atualizado até dezembro de 2023 é de R$ 63.876 mil, sendo R$ 51.128 mil referentes ao principal e R$ 12.748 mil correspondentes à atualização pela SELIC. O valor foi registrado na contabilidade em junho de 2024 e está sendo utilizado para compensação de débitos de PIS/COFINS. Após as compensações realizadas até dezembro de 2025, o saldo remanescente é de R$ 11.502 mil, dos quais R$ 7.789 mil referem-se ao principal e R$ 3.713 mil à atualização pela SELIC. **9 Investimentos (controladora)**

	2025	2024
Participações em controladas		
Loteria Estrela de Davi Ltda.	1.207	1.109
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	1.716	2.024
Loteria Bemol Educandos Ltda.	641	789
Loteria Bemol Torquato Ltda.	1.448	1.727
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	456	418
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	330	386
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	753	806
Loteria Bemol Avenida Ltda.	863	1.046
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	376	368
Loteria Bemol Matriz Ltda.	944	917
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	352	391
Loteria Bemol Manauara Ltda.	769	720
Loteria Bemol Amazonas Shopping Ltda.	578	768
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	955	1.343
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	231	187
Loteria Bemol Ariquemes Ltda.	627	622
Loteria Bemol Ji-Paraná Ltda.	1.365	1.346
Loteria Bemol Boa Vista Ltda.	270	297
Loteria Bemol Ponta Negra Ltda.	760	722
Loteria Bemol Cruzeiro do Sul Ltda.	860	736
Bemol Serviços Financeiros Ltda.	439.228	321.412
Bemol Energia Ltda.	1.035	2.822
	455.763	**340.954**

a. Informações financeiras resumidas

			Patrimônio líquido		Capital social		Lucro (prejuízo) do exercício	
Participações em controladas	**2024**	**2023**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Loteria Estrela de Davi Ltda.	99,80%	99,80%	1.209	1.112	527	527	182	75
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	99,80%	99,80%	1.719	2.028	762	762	86	602
Loteria Bemol Educandos Ltda.	99,80%	99,80%	642	791	480	480	97	92
Loteria Bemol Torquato Ltda.	99,80%	99,80%	1.451	1.730	288	288	305	346
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	99,80%	99,80%	457	419	570	570	38	17
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	99,80%	99,80%	331	386	10	10	(5)	33
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	99,80%	99,80%	754	807	595	595	159	116
Loteria Bemol Avenida Ltda.	99,80%	99,80%	865	1.047	656	656	173	181
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	99,80%	99,80%	377	368	945	945	9	(33)
Loteria Bemol Matriz Ltda.	99,80%	99,80%	946	919	139	139	240	231
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	99,80%	99,80%	353	392	127	127	95	117
Loteria Bemol Manauara Ltda.	99,80%	99,80%	770	721	425	425	165	164
Loteria Bemol Amazonas Shopping Ltda.	99,80%	99,80%	579	770	100	100	247	231
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	99,85%	99,85%	956	1.345	468	468	190	505
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	99,90%	99,90%	231	187	164	164	80	60
Loteria Bemol Ariquemes Ltda.	100%	100%	627	622	495	495	82	66
Loteria Bemol Ji-Paraná	100%	100%	1.365	1.346	1.100	1.100	132	159
Loteria Bemol Boa Vista Ltda.	100%	100%	270	297	500	500	(26)	(76)
Loteria Bemol Ponta Negra Ltda.	100%	100%	760	722	550	550	143	100
Loteria Bemol Cruzeiro do Sul Ltda.	100%	100%	861	735	724	724	127	32
Bemol Serviços Financeiros Ltda.	100%	100%	439.227	321.411	167.653	167.653	117.816	85.008
Bemol Energia Ltda.	100%	100%	1.035	2.822	50	50	212	1.269
			455.785	**340.979**	**177.328**	**177.328**	**120.547**	**89.296**

b. Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2025
Controladas				
Loteria Estrela de Davi Ltda.	1.109	181	84	1.206
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	2.024	86	395	1.715
Loteria Bemol Educandos Ltda.	789	97	246	640
Loteria Bemol Torquato Ltda.	1.727	305	584	1.448
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	418	38	0	456
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	386	-5	51	330
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	806	159	212	753
Loteria Bemol Avenida Ltda.	1.046	173	354	865
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	368	9	0	376
Loteria Bemol Matriz Ltda.	917	240	213	944
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	391	95	135	351
Loteria Bemol Manauara Ltda.	720	165	116	769
Loteria Bemol Amazonas Shopping Ltda.	768	246	436	578
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	1.343	190	579	954
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	187	80	36	231
Loteria Bemol Ariquemes Ltda.	622	83	77	628
Loteria Bemol Ji-Paraná	1.346	132	113	1.365
Loteria Bemol Boa Vista Ltda.	297	-26	0	271
Loteria Bemol Ponta Negra Ltda.	722	143	105	760
Loteria Bemol Cruzeiro do Sul Ltda.	736	126	1	861
Bemol Serviços Financeiros Ltda.	321.412	117.816	0	439.228
Bemol Energia Ltda.	2.822	212	2000	1.034
Total investimento em controladas	**340.954**	**120.545**	**5.736**	**455.763**

10 Direito de uso em arrendamento (Controladora e Consolidado)

	31/12/2025			31/12/2024	
	Custo	Amortização do período	Valor líquido	Valor líquido	Taxa depreciação (a)
Lojas	237.788	(23.845)	213.943	216.494	19,37%a.a.
Total	**237.788**	**(23.845)**	**213.943**	**216.494**	(16,62%a.a. em 2024)

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas e centros de distribuição). A Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento. A amortização do direito de uso em arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador.

Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**228.554**
(+) Adições	-
(+) Atualização/remensuração (a)	12.877
(-) Amortização do período	(24.937)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	**216.494**
(+) Adições	3.746
(+) Atualização/remensuração (a)	17.548
(-) Amortização do período	(23.845)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	**213.943**

(a) Valores não possuem efeito caixa, por isso não impactam as demonstrações dos fluxos de caixa. **11 Imobilizado (Controladora e Consolidado)**

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Terrenos	48.786	-	(712)	-	48.074	-	(3.448)	-	44.626
Equipamentos de segurança	6.361	463	-	1.219	8.043	20	-	323	8.386
Bens e direitos de uso	1.887	-	-	-	1.887	-	-	-	1.887
Construções e edificações	144.400	-	-	5.802	150.202	-	-	10.128	160.330
Benfeitorias em imóveis	1.284	-	-	-	1.284	-	-	-	1.284
Instalações (a)	157.067	519	(13)	1.045	158.618	1.884	-	5.401	165.903
Processamento de dados	65.375	8.906	(408)	1.231	75.104	11.340	(18)	2.291	88.717
Telecomunicações	2.641	357	-	743	3.741	168	-	1.549	5.458
Móveis e utensílios	44.928	3.808	(41)	1.600	50.295	167	-	3.093	53.555
Veículos	56.946	14.544	(1.019)	-	70.471	12.163	(517)	58	82.175
Adiantamento a fornecedor	1.511	-	(1.511)	-	-	-	-	-	-
Construções em andamento (b)	25.558	48.187	(16)	(11.640)	62.089	30.099	-	(22.843)	69.345
Total custo	**556.744**	**76.784**	**(3.720)**	**-**	**629.808**	**55.841**	**(3.983)**	**-**	**681.667**

	Taxa média ponderada	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Equipamentos de segurança	16%	(5.136)	(343)	-	(5.479)	(523)	-	-	(6.002)
Bens e direitos de uso	18%	(1.616)	-	-	(1.616)	-	-	-	(1.616)
Construções e edificações	4%	(83.828)	(5.483)	-	(89.311)	(5.191)	-	-	(94.502)
Benfeitorias	10%	(1.270)	(4)	-	(1.274)	(4)	-	-	(1.278)
Instalações	15%	(73.614)	(14.853)	7	(88.460)	(14.506)	0,2	-	(102.966)
Processamento de dados	30%	(50.325)	(7.279)	181	(57.423)	(7.978)	2	-	(65.399)
Telecomunicações	12%	(1.099)	(459)	-	(1.558)	(684)	-	-	(2.242)
Móveis e utensílios	15%	(23.096)	(5.583)	14	(28.665)	(5.689)	-	-	(34.354)
Veículos	20%	(38.199)	(8.917)	511	(46.605)	(11.574)	493	-	(57.686)
Total depreciação		**(278.183)**	**(42.921)**	**713**	**(320.391)**	**(46.149)**	**495**	**-**	**(366.043)**
Imobilizado líquido		**278.561**	**33.863**	**(3.007)**	**309.417**	**9.692**	**(3.488)**	**-**	**315.622**

(a) Instalações referem-se a toda a estrutura de uma loja quando inaugurada. (b) Obras decorrente de aberturas de novas lojas e investimentos em reforma. **12 Outros ativos -** A rubrica Outros Ativos contempla valores que representam direitos e benefícios econômicos da Companhia. Esses saldos incluem, principalmente, mútuos com terceiros, adiantamentos a fornecedores, despesas antecipadas e créditos diversos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição dos saldos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mútuo com terceiros	45.091	38.818	45.091	38.818
Adiantamentos diversos (a)	104.538	82.453	105.092	88.155
Despesas antecipadas	16.514	14.019	19.776	18.091
Outros ativos a receber	13.916	31.790	21.961	33.393
Total	**180.059**	**167.080**	**191.920**	**178.457**
Circulante	134.967	128.261	146.829	135.011
Não circulante	45.092	38.819	45.091	43.446
Total	**180.059**	**167.080**	**191.920**	**178.457**

(a) Referem-se, principalmente, a adiantamentos a fornecedores relativos à aquisição de bens e serviços ainda não recebidos, créditos disponibilizados em plataformas para pagamento de tributos e adiantamentos de férias a colaboradores. Esses valores serão apropriados ou compensados conforme a efetiva utilização ou realização das respectivas obrigações. **13 Fornecedores e outras contas a pagar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de mercadorias	390.628	349.513	390.628	349.513
Fornecedores de serviços	66.191	69.736	72.835	76.254
AVP Fornecedores	-	-	-	5.910
Partes Relacionadas (NE 21)	245	229	245	229
Outras contas a pagar	-	-	9.445	-
	457.064	**419.478**	**473.153**	**431.906**

14 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

	31/12/2025	31/12/2024
Instituição financeira		
Banco da Amazônia S.A. (a)	16.317	31.465
Banco Santander (Brasil) S.A. (b)	51.149	106.443
Banco Itaú S.A. (c)	51.166	50.915
Banco Citibank (d)	50.192	50.163
Banco Bradesco (e)	102.983	-
Saldo final	**271.807**	**238.986**
Circulante	40.327	70.803
Não circulante	231.480	168.183
Total	**271.807**	**238.986**

A Companhia efetuou captações junto ao Banco Bradesco para fins os seguintes fins e saldos em 31 de dezembro de 2025: **a.** (a) Capital de giro para Obras/Aquisição de bens, juros de 3,51% a.a., com vencimentos em junho/2028, saldo de R$ 8.705; (ii) Capital de giro para Obras/Aquisição de bens, juros 1,39% a.a., vencimento em dezembro/2026, saldo em de R$ 1.486; (iii) Capital de giro para Obras/ Aquisição de bens, juros de 0,43% a.a., vencimento em dezembro/2027, saldo de R$ 6.125. **b.** (b) Empréstimo em moeda real, com juros equivalentes à taxa CDI + 2,18% ao ano, com vencimento em Julho/2029, saldo de R$ 51.149. **c.** (c) Empréstimo em moeda estrangeira (Euro) com juros de 1,80% a.a., com vencimento em Agosto/2029, saldo de R$ 51.166. **d.** (d) Empréstimo em moeda estrangeira (Dólar), com variação cambial e juros de 2,20% a.a. com vencimento em Outubro/2029, saldo de R$ 50.192. **e.** (e) Empréstimo em moeda real, com juros equivalentes à taxa CDI + 1,56% ao ano, com vencimento em Fevereiro/2030, saldo de R$ 102.982. Segue movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	238.986	184.865
(+) Captação de empréstimos	100.000	188.025
(+) Provisão de juros	49.463	20.826
(-) Pagamentos principal	(77.106)	(148.813)
(-) Pagamentos juros	(39.538)	(5.917)
	271.807	**238.986**

Os vencimentos dos valores de **longo prazo** têm a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	31.400
2027	82.830	53.274
2028	78.026	48.467
2029	65.260	35.042
2030	5.364	
Total	**231.480**	**168.183**

Garantias - As operações de financiamentos possuem como garantias a alienação de bens e terrenos com suas respectivas benfeitorias no montante de R$ 28.926 (R$ 39.527 em 31 de dezembro de 2024). Cláusulas restritivas De acordo com os contratos de empréstimos e financiamentos, com exceção dos contratos do Banco da Amazônia S.A., a Companhia obriga-se a cumprir cláusulas restritivas não financeiras ("covenants") sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida tais como manutenção de garantias, títulos protestados em nome da Companhia, solicitação de recuperação judicial, fianças, entre outros. Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia cumpriu com os referidos "covenants". **15 Debêntures e notas comerciais (controladora e consolidado)**

	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures (a)	229.729	319.734
Notas comerciais (b)	325.000	70.758
Saldo final	**554.729**	**390.492**
Circulante	137.421	168.046
Não circulante	417.308	222.446
Total	**554.729**	**390.492**

(a) Em 22 de julho de 2021, a Companhia emitiu a série única de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, no montante total de R$ 200.000 (duzentos milhões) e valor nominal de R$ 1 (um mil) por debênture, com vencimento final em 22 de julho de 2026 e remuneradas pela variação da taxa de 100% CDI, acrescida de 2,10 % a.a. As debêntures estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19., "caput", da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição. Em 18 de junho de 2023, a Companhia emitiu a segunda série de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, no montante total de R$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões) e valor nominal de R$ 1 (um mil) por debênture, com vencimento final em 18 de junho de 2028 e remuneradas pela variação da taxa de 100% CDI, acrescida de 2,25 % a.a. As debêntures estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). (b) Em 01 de Setembro de 2023, a Companhia realizou a primeira emissão de notas comerciais escriturais. Foram emitidas 70.000 notas em série única no total de R$ 70.000 e valor nominal de R$ 1 por nota, com prazo de 36 meses contados da data de emissão. As notas possuem garantia real e garantia adicional fidejussória, nos termos dos artigos nº 45 e seguintes da Lei nº 14.195. Há como garantia o valor correspondente a 20% do saldo do fluxo de cartões, cerca de R$ 14 mil. Em 20 de Junho de 2025, a Companhia realizou a segunda emissão de notas comerciais escriturais. Foram emitidas 100.000 notas em série única no total de R$ 100.000.000 e valor nominal de R$ 1.000 por nota, com prazo de 60 meses contados da data de emissão. As notas possuem garantia real e fidejussória, nos termos dos artigos nº 45 e seguintes da Lei nº 14.195. Em 03 de Setembro de 2025, a Companhia realizou a terceira emissão de notas comerciais escriturais. Foi emitida 1 nota em série única no total de R$ 50.000.000, com prazo de 60 meses contados da data de emissão. As notas possuem como garantia a cessão fiduciária de cartões. Há como garantia o valor correspondente a 10% do saldo do fluxo de cartões. Em 12 de Dezembro de 2025, a Companhia realizou a quarta emissão de notas comerciais escriturais. Foram emitidas 175.000 notas em série única no total de R$ 175.000.000 e valor nominal de R$ 1.000 por nota, com prazo de 72 meses contados da data de emissão. As notas possuem garantia real e garantia adicional fidejussória, nos termos dos artigos nº 45 e seguintes da Lei nº 14.195. Há como garantia Cash Collateral equivalente a 15% do saldo da operação. Seguem as características gerais das debêntures e notas comerciais da Companhia: **Garantias -** Contrato de cessão fiduciária, celebrado entre a Companhia, o agente fiduciário e o Banco Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário, em observância ao disposto no Artigo 66-B, da Lei nº 4.728/1965, com a nova redação dada pelo Artigo 55 da Lei nº 10.931/2004. Há também, como garantia, referente a segunda série de debêntures, aplicação financeira vinculada, no Banco Itaú Unibanco S.A., no montante de R$ 20.989 em 31 de dezembro de 2025 (20.680 mil em 31 de dezembro de 2024). Contrato de cessão fiduciária, celebrado entre a Companhia, o agente fiduciário e o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco depositário, em observância ao disposto no Artigo 66-B, da Lei nº 4.728/1965, com a nova redação dada pelo Artigo 55 da Lei nº 10.931/2004, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, do artigo 1.361 e seguintes do Código Civil, e do Decreto-Lei n.º 911, dos artigos 22 e seguintes da Lei nº 12.810. Possui ainda, como garantia, referente a 4° emissão de notas comerciais escriturais, aplicação financeira vinculada, n o Banco Bradesco S.A., no montante de 26.557 em 31 de dezembro de 2025. **Cláusulas restritivas -** De acordo com a escritura das debêntures e com os termos de emissão das notas comerciais, a Companhia obriga-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas ("covenants") sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida como (i) Apuração anual, dentro do período de amortização da dívida, da dívida líquida pelo EBITDA, a qual deve obedecer ao limite de 3 vezes; e (ii) Outras condições contratuais como clausulas de covenants não financeiros e operacionais. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia cumpriu com os referidos "covenants". Segue movimentação dos saldos de debêntures e notas comerciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	390.492	493.566
(+) Captação de notas comerciais	325.000	-
(+) Provisão de juros	61.235	56.618
(-) Pagamento de principal	(162.053)	(102.914)
(-) Pagamentos juros	(59.947)	(56.778)
	554.729	**390.492**

Vencimento das parcelas de longo prazo - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	157.880
2027	138.443	43.044
2028	107.674	21.522
2029	76.905	-
2030	59.286	-
2031	35.000	-
Total	**417.308**	**222.446**

16 Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar (a)	39.630	28.737	44.047	32.509
INSS	10.069	5.956	12.506	6.204
FGTS	1.409	108	1.865	179
Provisão para férias e encargos	31.643	28.377	36.084	31.321
Empréstimo consignado	1.430	-	1.430	-
Total	**84.181**	**63.178**	**95.932**	**70.213**

(a) A variação em salários a pagar ocorreu, principalmente, pela adequação do quadro de colaboradores da Bemol Serviços Financeiros Ltda (BSF) para atendimento das atividades operacionais da referida empresa, e pela abertura de novas unidades de lojas, farmácias e centro de distribuição da Bemol S/A (Controladora). **17 Obrigações tributárias**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS (a)	1.168	1.383	1.340	1.518
COFINS (a)	5.530	3.210	6.458	3.809
IRRF	6.038	4.179	7.473	6.020
ICMS	88.983	46.968	88.983	46.968
ISS retido na fonte	1.092	946	1.346	1.095
Outros impostos a recolher	104	9.166	201	9.232
Total	**102.915**	**65.852**	**105.801**	**68.642**

18 Arrendamentos a pagar (controladora e consolidado)

	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento a pagar	213.943	216.494
Total	**213.943**	**216.494**
Circulante	58.710	21.084
Não circulante	155.233	195.410
Total	**213.943**	**216.494**

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidades administrativas). Adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada como uma taxa básica de juros nominal prontamente observável a qual foi considera 16,62% ao ano. A movimentação do arrendamento a pagar durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	216.494	228.555
(+) Adições	3.476	-
(+) Atualização/Remensuração	65.318	51.295
(-) Pagamento - principal	(34.944)	(31.047)
(-) Pagamento - juros	(36.401)	(32.309)
31 de dezembro de 2025	**213.943**	**216.494**

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2025			31/12/2024		
Ano de vencimento	Valor Futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor Futuro	Juros anuais	Valor presente
2026	-	-	-	48.678	28.799	19.879
2027	55.332	32.262	23.070	45.348	25.743	19.605
2028	51.553	28.159	23.394	41.686	22.791	18.895
2029	44.446	24.087	20.359	245.466	108.435	137.031
2030 em diante	193.137	104.727	88.410	-	-	-
Total	**344.468**	**189.235**	**155.233**	**381.178**	**185.768**	**195.410**

19 Outros Passivos - O grupo de Outros Passivos é composto por obrigações de natureza operacional e administrativa que não se enquadram nas demais rubricas específicas do passivo circulante e não circulante. Esses saldos são reconhecidos pelo valor presente das obrigações assumidas ou pelo valor nominal quando o efeito do desconto a valor presente não é relevante. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição dos Outros Passivos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Partes Relacionadas (NE 21) (a)	82.903	42.785	-	-
Provisões tributárias (c)	75.234	46.519	75.234	46.519
Bônus a pagar (programa de pontos com clientes)	65.889	46.955	65.889	46.955
Garantia estendida a pagar	16.715	10.482	16.715	10.482
Adiantamentos de clientes	32.097	16.793	32.147	16.792
Outros passivos a pagar	2.965	54.601	16.498	62.572
Total	**275.803**	**218.135**	**206.483**	**183.320**

(a) Transações com a Parte Relacionada "Bemol Serviços Financeiros" referente a saldos a pagar de operações FIDC e CRI, mediante os valores recebidos de clientes relativos às parcelas de empréstimos originados pela Bemol Serviços Financeiros, que foram cedidos ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e a operações vinculadas a Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). Tais valores são recebidos pela Companhia (Bemol S.A.) na qualidade de agente de cobrança e serão posteriormente repassados às respectivas entidades. Saldo inclui também operações referente a "Depósito Conta Bemol" no qual trata-se de valores recebidos em dinheiro para liquidação de parcelas de empréstimos, bem como a movimentações de saques e depósitos realizados por clientes da Bemol Serviços Financeiros. (b) As provisões tributárias referem-se, principalmente, à provisão para PIS e COFINS relacionada ao mandado de segurança nº 1015981-26.2019.4.01.3200 para discutir o recolhimento de PIS/Cofins em Áreas de Livre Comércio (Boa Vista, Tabatinga e Cruzeiro do Sul), que pleiteia a suspensão do recolhimento desses tributos. Considerando que o processo ainda não possui trânsito em julgado favorável, a Companhia reconhece a provisão correspondente no passivo, com contrapartida no resultado, até a definição final da demanda judicial. **20 Provisão para riscos (controladora) -** A Companhia (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	2.097	1.483
Civil	1.961	1.826
Total	**4.058**	**3.309**

A movimentação para as provisões para riscos, classificados como perda provável, está apresentada a seguir:

	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Trabalhista	1.483	3.580	(2.966)	2.097
Civil	1.826	1.961	(1.826)	1.961
	3.309	**5.541**	**(4.792)**	**4.058**

Trabalhistas - A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, majoritariamente, ao desligamento de empregados, reflexo da rotatividade normal de seus negócios. **Civil -** Os processos de natureza civil, estão relacionados a reclamações oriundas, principalmente, de clientes sobre possíveis defeitos de produtos, os quais a Companhia é acionada como parte ou corresponsável. **Passivos contingentes – risco possível -** A Companhia também figura como parte em alguns processos judiciais trabalhistas, tributários e cíveis que surgem no curso normal de suas operações, dos quais seus consultores jurídicos estimam as chances de perda como possíveis e remotas. O valor das causas em 31 de dezembro de 2025 dos processos com possibilidade de perda possível, portanto não objeto de provisionamento, conforme normas contábeis adotadas no Brasil, possui o montante em R$ 7.269, sendo R$ 1.156 de natureza trabalhista e R$ 6.113 de natureza cível (R$ 3.725 em 2024 para trabalhista e cível). **21 Partes relacionadas – Mútuos a receber e Outras contas a pagar**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
Mútuos a receber - Controladora				
Bemol Serviços Financeiros Ltda. (a)	30.701	-	52.257	-
Loterias Bemol	724	-	590	-
	31.425		**52.847**	**-**
Outros Passivos (Nota Explicativa nº 18)				
Bemol Serviços Financeiros Ltda. (b)	-	82.903	-	42.785
	-	**82.903**	**-**	**42.785**
Fornecedores – controladora (Nota explicativa nº 13)				
Abunã Participações Ltda (c)	-	245	-	229

(a) Os saldos referem-se a valores de folha de pagamento dos colaboradores da BSF (Bemol Serviços Financeiros) que estavam sendo pagos pela Bemol S/A, além de valores recebidos pela BSF referente a contratos FIDC porém repassados pela BSA ao FIDC. (b) Crédito Pessoal da Bemol - Tem seu veículo de captação através de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, tendo a Bemol Serviços Financeiros como originador da operação de crédito no papel de correspondente bancário. A Bemol S.A. recebe os valores financeiras dos clientes e repassa esses valores para a Bemol Serviços Financeiros e (Bemol Crédito Pessoal), portanto, gerando assim um contas a pagar a essas Partes Relacionadas. Essas operações são cedidas ao fundo no 1o dia útil subsequente ao recebimento do caixa. (c) A Abunã Participações Ltda. é uma empresa pertencente a determinados acionistas pessoas físicas da Companhia. A Companhia mantém contratos de locação com essa empresa para utilização de imóveis nos quais opera três lojas, localizadas nas cidades de Porto Velho/RO, Manacapuru/AM e Itacoatiara/AM. Os valores dos aluguéis são calculados com base no faturamento mensal de cada unidade, observando-se, em qualquer hipótese, um valor mínimo mensal reajustável previsto em contrato. As condições pactuadas de locação estão compatíveis com os valores praticados no mercado. **Remuneração de pessoal - chave da Administração** - O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Administração durante o exercício de 2025, incluindo pró-labore e gratificações, foi de R$ 10.711 (R$ 9.484 em 31 de dezembro 2024). A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo. **22 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Consolidado) -** A estrutura de patrimônio do FIDC em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada conforme quadro aseguir:

			31/12/2025		31/12/2024	
	Remuneração	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Saldo	Valor total das cotas	Saldo
Sênior 1	CDI + 3,5%	132.000.000	-	-	0,391196	51.638
Sênior 2	CDI + 4,5%	60.000.000	0,280000	16.800	0,950410	57.025
Sênior 3	CDI + 3,0%	342.500.000	1,00738	345.028	1,005739	314.293
Sênior 4	CDI + 3,0%	220.500.000	1,00706	222.056	-	-
Mezanino A	CDI + 5%	44.000.000	-	-	0,391419	17.222
Mezanino B	CDI + 6,5%	20.000.000	0,28024	5.605	0,951125	19.022
Mezanino C	CDI + 6,5%	70.000.000	1,00802	70.561	-	-
Mezanino 4	CDI + 6,5%	50.500.000	1,00802	50.905	-	-
Subordinadas júnior	Variação da cota	62.124.890	3,80159	236.173	3,721040	231.169
Total				**947.128**		**690.369**

O Bemol Crédito Pessoal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"), é um fundo de investimento sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores e regido pelo Regulamento e são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06,pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O prazo de duração do fundo é indeterminado e seus rendimentos das cotas seniores são pagos mensalmente, mantém-se o índice de subordinação mínima de 25%. O FIDC tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais por meio da aquisição de carteiras de crédito da Bemol Serviços Financeiros. Os direitos creditórios do FIDC são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno ("TIR") dos contratos, pelo critério "*pro rata temporis*". A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de face e prazo de recebimentos dos direitos creditórios. O Fundo é regido pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis Estrutura e composição dos fundos. A movimentação do passivo financeiro com os cotistas seniores e mezanino é apresentada a seguir. A Companhia detém as cotas subordinadas do FIDC.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	459.200	257.389
(+) Adição	373.221	312.492
(+) Provisão de juros	108.235	41.165
(-) Pagamento de juros	(229.701)	(151.846)
31 de dezembro de 2025	**710.955**	**459.200**
Circulante	**77.669**	**81.534**
Não Circulante	**633.286**	**377.666**

Vencimento das parcelas de longo prazo - Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas de vencimentos no longo prazo para resgate das cotas possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2025
Ano de vencimento	
2025	-
2026	-
2027	367.877
2028	265.409
Total	**633.286**

23 Certificado de recebíveis imobiliários (CRI) (Consolidado) - A estrutura de patrimônio do CRI em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada conforme quadro a seguir:

CRI I

			31/12/2025		31/12/2024	
	Remuneração	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Saldo	Valor total das cotas	Saldo
Sênior 1	IPCA + 9%	48.614.805	0,76067522	36.980	0,9334976	45.382
Subordinadas júnior	IPCA + 10,5%	12.153.702	1,02203077	12.422	1,0224358	12.426
Total				**49.401**		**57.808**

CRI II

			31/12/2025		31/12/2024	
	Remuneração	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Saldo	Valor total das cotas	Saldo
Sênior 1	IPCA + 9,4%	30.388.351	0,99937143	30.369	1,0010843	11.952
Mezanino A	IPCA + 11,4%	30.388.351	1,00223914	30.457	1,000938	11.950
Subordinadas júnior	IPCA + 11,9%	15.041.248	1,08848365	16.372	1,0000001	5.969
Total				**77.197**		**29.871**

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	69.284	-
(+) Adição	37.896	69.284
(+) Provisão de juros	12.265	-
(-) Pagamento de juros	(21.639)	-
31 de dezembro de 2025	**97.806**	**69.284**
Circulante	**7.305**	**3.508**
Não Circulante	**90.501**	**65.776**

Vencimento das parcelas de longo prazo - Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas de vencimentos no longo prazo das cotas possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2025
Ano de vencimento	
2026	-
2027	7.635
2028	7.459
2029	7.490
Acima de 2030	67.917
Total	**90.501**

A Companhia Província de Securitização ("Emissora"), devidamente registrada na CVM sob o número 132, realizou a 55ª e 87ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), em 15 de abril

continua.....

Assinado digitalmente por Empresa Jornal do Comercio Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site
http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/A30E-E5DF-59D9-02DA

Versão digital
Assinado digitalmente por Empresa Jornal do Comercio Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site
http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/ECEB-4F35-1502-09FD

...continuação

BEMOL S.A. CNPJ

CNPJ 04.565.289/0001-47

e em 12 de dezembro de 2024, respectivamente. Esta emissão é regida pela Lei nº 14.430/22 e pela Resolução CVM nº 60/21. O CRI tem como objetivo a aquisição de créditos imobiliários originados pela Bemol Serviços Financeiros Ltda. ("BSF" ou "Agente de Cobrança"), utilizando os recursos captados por meio da emissão dos CRIs. Esses créditos são lastreados em Cédulas de Crédito Bancário (CCB) garantidas por alienação fiduciária de imóveis. Os Créditos Imobiliários, representados pelas CCIs, são escriturais, de titularidade da Emissora, e são avaliados com base no seu valor de face, acrescido dos encargos financeiros contratuais, pro rata temporis. A Emissora acompanha, por meio do Agente de Cálculo, a adimplência dos Devedores e a evolução das garantias (Alienações Fiduciárias de Imóvel). **24 Patrimônio líquido** - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 1.050.000, 2024 era de R$ 700.000. O aumento de capital foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2025, por unanimidade dos acionistas, mediante: (i) capitalização de R$ 110.000 registrados na conta de Retenção de Lucros, com emissão de 110.000.000 novas ações ordinárias, atribuídas aos acionistas a título de bonificação; e (ii) capitalização de R$ 240.000 da Reserva de Incentivos Fiscais, sem emissão de novas ações, totalizando o aumento do capital social para R$ 1.050.000. **Dividendos propostos** - É garantido aos acionistas, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A relação dos valores de dividendos distribuídos, e reconciliação demonstrada abaixo: da destinação do lucro líquido do exercício está

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**199.718**	**299.377**
Reserva legal (a)	(10.826)	(14.969)
Reserva de incentivo fiscal (b)	(84.055)	(74.528)
Lucro líquido ajustado	**104.837**	**209.880**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (c)	(26.419)	(52.470)
Juros sobre o capital próprio provisionados (e)	(94.500)	(35.000)
Reserva de lucros a realizar (f)	(16.082)	(122.410)

(a) Reserva legal - São constituídas por 5% do lucro líquido apurado conforme lei nº 6.404/76 em seu art. nº 193 restringindo ao montante de 20% do capital social para as investidas. Durante o exercício de 2025, a Companhia constituiu o montante de R$ 10.826 (R$ 14.969 em 2024), ao limite do percentual acumulado de 20% do capital social. **(b) Reserva de incentivo fiscal -** As reservas de incentivos fiscais são geradas pelo crédito presumido do ICMS estabelecido no Decreto nº 20.686/1999 de Manaus - AM. O benefício consiste na restituição de crédito presumido do ICMS na Zona Franca de Manaus, nas operações de venda em operações internas e interestaduais. A reserva é constituída com base nas normas contábeis CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. A Companhia reconhece essa receita, bem como faz sua exclusão no cálculo da apuração do imposto de renda e contribuição social, assim como faz a transferência do referido montante para reserva de incentivo fiscal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram reconhecidos o montante de R$ 84.055 (R$ 74.528 em 2024). As reservas de incentivo fiscal, somente podem ser utilizadas para absorção de prejuízos ou aumento de capital. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios -** Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2025 contemplam o valor do dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado após a destinação das reservas (legal e incentivos fiscais), no montante de R$ 26.419 (R$ 52.470 em 2024). ***Movimentação de dividendos a mínimos pagar:***

	Saldo em 01/01/2024	Dividendos mínimos obrigatórios	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Dividendos a pagar	93.518	52.470	(93.518)	52.470

	Saldo em 01/01/2025	Dividendos minimos obrigatórios	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Dividendos a pagar	52.470	26.419	(52.470)	26.419

(d) Dividendos adicionais - ***Movimentação de dividendos adicionais a pagar:***

	Saldo em 01/01/2024	Dividendos adicionais (a)	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Dividendos adicionais pagar	-	598.043	(598.043)	-

	Saldo em 01/01/2025	Dividendos adicionais (a)	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Dividendos adicionais pagar	-	48.614	(48.614)	-

(a) Dividendos adicionais aprovados em Assembleia Geral Ordinária de 11 de Abril de 2025. **(e) Juros sobre o capital próprio -** De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R$ 94.500 (R$ 35.000 em 2024), os quais foram contabilizados na conta de lucros acumulados como distribuição de lucros. Esses juros sobre o capital próprio não foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. ***Movimentação dos juros sobre capital próprio:***

	Saldo em 01/01/2024	Juros constituidos	Imposto de renda pagos	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Juros sobre o capital próprio	129.225	35.000	(5.250)	-	158.975

	Saldo em 01/01/2025	Juros constituidos	Imposto de renda pagos	Imputação	Saldo em 31/12/2025
Juros sobre o capital próprio	158.975	94.500	(14.175)	(29.750)	209.549

(f) Reserva de lucros a realizar - A reserva de lucros a realizar, possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa. O saldo da reserva de lucros a realizar em 31 de dezembro de 2025 no montante de R$ 25.476 (R$ 76.245 em 31 de dezembro de 2024). **(g) Resultado por ação -** O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 conforme o quadro abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro básico e diluído por ação no exercício - em R$		
Lucro do exercício	199.718	303.590
Quantidade de ações média ponderada durante o exercício (em milhares)	810.000	350.000
Resultado por ação - básico e diluído (por lote de mil ações)	0,25	0,87

Não há potencializador de diluição razão pela qual os resultados são iguais. **(h) Retenção de lucros -** Conforme Art. 196 da Lei nº 6.404/76, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. A retenção de lucros com base no orçamento de capital, não é considerada para o cômputo do limite determinado pelo art. 199 da Lei 6.404/76. líquido. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de retenção de lucros é de R$ 206.559 (R$ 300.734 em 2024). **(i) Ajustes de avaliação patrimonial -** A Companhia optou pela adoção do custo atribuído ("*deemed cost*") aos ativos imobilizados alocados na classe de terrenos e edificações, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 pelos seus valores justos, visto que o custo histórico registrado para esses ativos anteriormente divergia de forma significativa do valor justo destes ativos. A definição dos custos atribuídos foi apurada com base em avaliação patrimonial efetuada por Companhia externa, sendo os laudos aprovados pela Administração, e resultou em acréscimo de valor do ativo imobilizado no montante de R$ 67.099. A contrapartida do saldo é registrada diretamente no patrimônio líquido, no grupo de "Ajustes de avaliação patrimonial", líquidos dos impostos incidentes. Anualmente a avaliação patrimonial é ajustada pela depreciação de edifícios e realização dos impostos diferidos sobre esse saldo. O saldo em 31 de dezembro de 2024 registrado no Patrimônio líquido é de R$ 31.384 (R$ 32.286 em 31 de dezembro de 2024). **25 Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido -** O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridas pelo regime de competência. A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 dedezembro de 2025 (e 31 de dezembro de 2024):

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	196.341	354.065
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	**(66.756)**	**(120.382)**
Juros sobre capital próprio	32.130	11.900
Resultado da equivalência patrimonial	40.996	28.930
Receita Subvenção de ICMS	24.870	21.874
Atualização de créditos tributários - SELIC	3.162	15.760
Recuperação de tributos	-	17.384
Reversão/Provisão	(41.127)	(20.013)
Arrendamento	(8.603)	(9.046)
Multas, patrocínios e despesas não dedutíveis	(12.319)	(9.306)
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	-	16.725
Outros	6.802	(8.514)
Diferido	24.222	-
Total	**3.377**	**(54.688)**
Imposto de renda e contribuição social no exercício Corrente	(20.845)	(50.261)
Diferido	24.222	(4.427)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**3.377**	**(54.688)**
Alíquota efetiva	**2%**	**15%**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	253.924	405.330
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	**(86.334)**	**(137.812)**
Juros sobre capital próprio	32.130	11.900
Receita Subvenção de ICMS	24.870	21.874
Atualização de créditos tributários - SELIC	3.162	15.760
Recuperação de tributos	-	17.384
Multas, patrocínios e despesas não dedutíveis	(12.319)	(11.196)
Reversão/Provisão	(17.069)	(2.746)
Arrendamento	(8.603)	(9.046)
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	1.613	16.725
Outros	(1.372)	(24.588)
Diferido	9.719	-
Total	(54.203)	(101.745)
Imposto de renda e contribuição social no exercício		
Corrente	(63.922)	(79.019)
Diferido	9.719	(22.726)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(54.203)**	**(101.745)**
Alíquota efetiva	**-21%**	**24%**

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Controladora	Saldo líquido em 1º janeiro	Reconhecido no resultado	Patrimônio Líquido	Total líquido em 31/12/2025
Custo atribuído ao imobilizado	(16.325)	-	463	(15.862)
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	-
Provisão de bônus de clientes	14.596	7.806	-	22.402
Ajuste a valor presente	9.934	11.706	-	21.640
Outros	593	8.392	-	8.985
Provisões diversas	8.832	(3.682)	-	5.150
Impostos liquido ativos / (passivos)	**17.630**	**24.222**	**463**	**42.315**

Controladora	Saldo líquido em 1º janeiro	Reconhecido no resultado	Patrimônio Líquido	Total líquido em 31/12/2024
Custo atribuído ao imobilizado	(16.789)	-	464	(16.789)
Prejuízo fiscal e base negativa	16.726	(16.726)	-	-
Provisão de bônus de clientes	17.000	(2.404)	-	14.596
Ajuste a valor presente	0	9.934	-	9.934
Outros	593	-	-	593
Provisões diversas	4.063	4.769	-	8.832
Impostos liquido ativos / (passivos)	**21.593**	**(4.427)**	**464**	**17.630**

Consolidado	Saldo líquido em 1º janeiro	Reconhecido no resultado	Patrimônio Líquido	Total líquido em 31/12/2025
Custo atribuído ao imobilizado	(16.325)	-	463	(15.862)
Variação valor da cota - Fundo de investimento	(34.819)	(32.117)	-	(66.936)
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	-
Provisão de bônus de clientes	14.596	7.806	-	22.402
Ajuste a valor presente	9.934	11.706	-	21.640
Outras	593	8.392	-	8.985
Provisões Diversas	(8.782)	13.932	463	5.150
	(34.803)	**9.719**		**(24.621)**
Saldo Total Diferido Passivo não circulante				(66.936)
Saldo Total Diferido Ativo não circulante (líquido)				42.315
Movimentação ano corrente (Resultado e PL)		**9.719**	**463**	

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldos sobre diferenças temporárias, e conforme projeções, acredita na sua completa realização nos próximos exercícios. **26 Receita líquida de vendas**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vendas brutas de produtos e serviços	4.315.102	3.981.567	4.335.252	3.996.427
Receitas de operações de crédito	-	-	671.442	373.225
Comissões, garantias e serviços	71.279	49.635	71.280	49.635
Remuneração sobre correspondências bancárias	-	-	4.263	4.687
Comissões sobre jogos	-	-	4.652	4.118
Ajuste a valor presente do contas a receber	(63.205)	(29.218)	(67.525)	(29.218)
Impostos sobre vendas (*)	(330.384)	(301.083)	(337.019)	(301.937)
Abatimentos e descontos	(88.381)	(73.404)	(94.712)	(80.970)
Devoluções e cancelamentos	(96.863)	(82.388)	(96.862)	(82.388)
Total	**3.807.548**	**3.545.109**	**4.490.771**	**3.933.579**

(*) Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, de ICMS (alíquota de 0% a 20%), contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 0% ou 1,65%) e à COFINS (alíquota de 0% ou 7,6%). **27 Receita (despesas) por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aluguéis	(15.871)	(15.002)	(16.092)	(15.145)
Benefícios a funcionários	(49.430)	(24.399)	(52.930)	(25.793)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(2.706.502)	(2.455.795)	(2.886.494)	(2.597.833)
Depreciações e amortizações	(69.168)	(66.955)	(69.281)	(66.955)
Despesa FIDC	-	-	-	(45.639)
Despesas (Energia, água, telefone, etc)	(18.392)	(20.081)	(18.399)	(20.087)
Despesas com funcionamento	(12.632)	(12.309)	(21.235)	(13.440)
Despesas de informática	(83.622)	(69.380)	(85.227)	(70.009)
Despesas com taxas regulatórias	-	-	(4.458)	-
Despesas Judiciais	(2.428)	(2.096)	(2.428)	(2.096)
Despesas tributárias	(32.623)	(43.923)	(33.439)	(46.590)
Encargos sociais	(82.539)	(68.451)	(91.427)	(74.456)
Fretes e carretos	(39.885)	(36.053)	(39.885)	(36.053)
Gestão de cobrança	(23.705)	(24.395)	(29.327)	(25.102)
Honorários da administração	(12.796)	(10.270)	(14.170)	(11.245)
Hospedagens e passagens	(8.677)	(6.899)	(9.316)	(7.152)
Manutenção de veículos, edificações e equipamentos	(34.705)	(30.175)	(34.712)	(30.177)
Material de expediente	(11.756)	(9.964)	(11.812)	(9.964)
Bônus resgatados (programa de fidelidade)	(66.336)	(56.676)	(66.336)	(56.676)
Outras despesas	(67.674)	(80.797)	(76.411)	(93.116)
Outras receitas	14	7	22.041	8.029
Perda de crédito esperada	(133.410)	(85.148)	(332.328)	(88.716)
Perdas com inventário	(9.247)	(5.792)	(9.247)	(5.792)
Multas	(574)	-	(575)	-
Provisões	(55.788)	(48.804)	(62.657)	(57.178)
Publicidade e propaganda	(56.665)	(50.206)	(62.144)	(51.030)
Receita na venda de imobilizado	9.375	877	9.375	877
Receita Subvenção ICMS	84.054	74.528	84.054	74.528
Receitas com serviços diversos	26.616	23.485	13.579	14.202
Reversão da provisão para contingências	(749)	(893)	(749)	(893)
Reversão de provisões diversas	39.524	18.570	39.524	28.795
Salários e Proventos	(276.491)	(243.319)	(311.788)	(267.658)
Serviços prestados por terceiros	(48.534)	(45.805)	(56.986)	(49.579)
Verba de propaganda	33.351	36.714	33.351	36.714
Crédito fiscal IRPJ e CSLL	-	51.128	-	-
Crédito fiscal PIS e COFINS	19.940	14.866	19.940	65.994
Total	**(3.707.325)**	**(3.293.412)**	**(4.177.989)**	**(3.539.235)**
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados (a)	(2.622.448)	(2.381.267)	(2.995.582)	(2.563.418)
Outras receitas operacionais	132.136	148.071	141.126	146.809
Despesas com vendas	(883.865)	(765.773)	(902.560)	(768.359)
Despesas administrativas e gerais	(333.148)	(294.443)	(420.973)	(354.267)
Total	**(3.707.325)**	**(3.293.412)**	**(4.177.989)**	**(3.539.235)**

(a) A Companhia possui acordos comerciais com seus fornecedores de mercadorias para revenda, os quais podem ser de natureza específica ou complexa no âmbito do setor varejista. Nesse contexto, existem acordos comerciais que, substancialmente, possuem vinculação com a revenda das mercadorias para obtenção de incentivos financeiros pela Companhia por parte dos seus fornecedores. Assim sendo, se faz necessária a realização de procedimentos por parte da Companhia, em especial, analisar e concluir sobre os valores e período correto em que as bonificações apuradas e reconhecidas contabilmente no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas. **28 Resultado financeiro, líquido**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Atualização financeira sobre créditos fiscais	9.301	46.352	9.301	46.352
Juros por atraso	90.251	86.740	133.324	112.505
Rendimentos de aplicação financeira	25.777	18.974	51.432	27.967
Variação cambial ativa	10.941	2.659	10.941	2.659
Outras receitas financeiras	17.722	5.820	19.121	6.646
Total	153.992	160.545	224.119	196.129
Despesas financeiras				
Juros pagos ou incorridos	(108.791)	(77.445)	(212.836)	(77.445)
Juros sobre arrendamentos	(36.401)	(32.309)	(36.401)	(32.309)
Juros de mora	(1.299)	(5.860)	(1.306)	(5.926)
Taxas e comissões bancárias	(25.700)	(25.023)	(26.205)	(66.836)
Variação cambial passiva	(6.228)	(2.627)	(6.228)	(2.627)
Total	(178.419)	(143.264)	(282.976)	(185.143)
Total resultado financeiro, líquido	**(24.427)**	**17.281**	**(58.857)**	**10.986**

29. Instrumentos financeiros - Políticas e categorias dos instrumentos financeiros - A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota explicativa ocorreu em razão de sua relevância. A classificação dos principais instrumentos financeiros da Companhia é apresentada conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros - custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	294.098	106.841	457.927	199.862
Aplicações financeiras vinculadas	47.546	20.680	70.594	20.680
Clientes	1.188.628	1.055.061	1.188.628	1.055.061
Operações de crédito	-	-	1.100.693	840.739
Partes relacionadas	31.425	52.847	-	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos - Nível 2		-		-
Total	**1.561.697**	**1.235.429**	**2.817.842**	**2.116.342**
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	271.806	238.986	271.806	238.986
Debêntures e notas comerciais	554.729	390.492	554.729	390.492
Fornecedores	457.064	419.478	473.153	431.906
Arrendamentos a pagar	213.943	216.494	213.943	216.494
Outras contas a pagar	275.802	175.350	206.483	183.320
Fundo de Investimentos em direitos creditórios	-	-	710.955	
Certificado de Recebíveis Imobiliários		-		459.200
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-		97.806	69.284
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos - Nível 2		-		-
Total	**1.773.345**	**1.440.800**	**2.528.875**	**1.989.682**

(a) Fatores de risco financeiro - As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão derisco global da Companhia considera na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas. **(i) Risco de mercado -** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco cambial** - A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferença entre moedas nas quais as vendas e empréstimos são denominados.Na data dessas informações a Companhia não possuía operações cambiais significativas negociadas diretamente. Porém, muitos produtos que a Companhia comercializa, diversos componentes importados, de forma que seus custos podem oscilar com a variação cambial. Assim, a gestão do risco cambial "indireto" está bastante ligada à gestão comercial, de preço e margem de produtos e é realizada juntamente com seus fornecedores, que procuram não repassar grandes oscilações aos clientes finais. **Análise de sensibilidade -** A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas à variação de empréstimos e financiamentos e debêntures. A análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3, para as datas de vencimento das operações, limitada a 12 meses, cuja taxa foi 13,46% a.a. Nos cenários II e III, foram considerados aumento na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente. Abaixo, quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

			Consolidado		
Instrumentos com taxas de juros	**Risco**	**2024**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Aplicações financeiras vinculada e não vinculadas	Redução CDI	117.394	25.631	32.039	38.447
Empréstimos e financiamentos, debêntures e nota comercial	Aumento CDI	(629.478)	(80.518)	(87.711)	(94.794)

			Consolidado		
Instrumentos com taxas de juros	**Risco**	**2025**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Aplicações financeiras vinculada e não vinculadas	Aumento CDI	329.141	45.618	57.023	68.428
debêntures e nota comercial Empréstimos e financiamentos,	Redução CDI	(826.535)	(107.002)	(128.814)	(149.707)

(ii) Risco de crédito - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o crediário próprio e cartões de crédito. O risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência (com critérios consistentes para suportar os requerimentos da CPC 48/IFRS 9), bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, os quais estão adicionados à análise sobre a necessidade de constituição de provisão para perda esperada de créditos (vide nota 5). **(iii) Estrutura de capital (ou risco financeiro) -** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos efinanciamentos. **(iv) Risco de liquidez -** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela áreade Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos, financiamentos e debêntures e notas comerciais	199.803	228.326	201.349		629.478	629.478
Fornecedores	419.478	-	-	-	419.478	419.478
Arrendamentos a pagar	21.084	19.879	38.500	137.031	216.494	216.494
Fundo de investimento em direitos creditórios	-	47.430	411.770	-	528.455	528.455
Outros passivos	183.320	-	-	-	183.320	183.320
	823.685	**295.635**	**651.619**	**137.031**	**1.977.225**	**1.977.225**
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos, financiamentos e debêntures e notas comerciais	199.783	191.871	514.007	-	955.628	826.535
Fornecedores	457.064	-	-	-	457.064	457.064
Arrendamentos a pagar	98.228	55.332	96.000	193.137	442.696	213.943
Fundo de investimento em direitos creditórios/Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	84.974	723.787	-	808.761	808.761
Outros passivos	275.803	-	-	-	275.803	238.871
	1.030.878	**332.177**	**1.333.794**	**193.137**	**2.939.952**	**2.545.174**

Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos - Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais estão mencionadas na nota explicativa nº 14. **(v) Gestão de capital -** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **30 Informações adicionais à Demonstração de Fluxo de Caixa (Consolidado) -** O CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Atividades de investimento		
Arrendamentos - (Adições de direito de uso e arrendamento)	(17.548)	(12.877)
Atividades de financiamento		
Arrendamentos - (Adições de direito de uso e arrendamento)	17.548	12.877
Constituição de Juros sobre o capital próprio	94.500	35.000
Dividendos propostos e não pagos	26.419	52.470

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da Bemol S.A. Manaus – Amazonas. **Opinião com ressalva -** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bemol S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bemol S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião com ressalva-** A Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado em 2023 referente a inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, no qual reconheceu em 2024 integralmente a receita dos créditos tributários no montante de R$ 63.876 mil. Consequentemente, o lucro líquido do exercício de 2024 está apresentado a maior em R$ 63.876 mil, sem considerar os efeitos tributários. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Existência dos estoques – Controladora -** Veja a nota explicativa nº 07 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria -** A Companhia possui lojas e centros de distribuição, onde são estocados grande variedade de produtos, o que requer um sistema de controle e logística para gerenciamento apropriado da existência física dos estoques. Devido ao fato dos estoques apresentarem um volume significativo de itens, e por requererem controles individualizados de contagens de itens por lojas, bem como o registro tempestivo das diferenças de estoques, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto -** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Com base em amostragem, o acompanhamento das contagens físicas dos estoques nas lojas e nos centros de distribuição e o confronto dos dados com os respectivos registros contábeis e controles de estoques; - Efetuamos testes nas movimentações dos estoques com base em amostragem estatística, confrontando os registros (tais como entradas e saídas dos estoques), com as respectivas documentações suporte; e - Análise quanto à adequação das respectivas divulgações em notas explicativas. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos dos estoques, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Acordos comerciais – Controladora -** Veja a nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria -** As bonificações recebidas de fornecedores e as contribuições promocionais são práticas comerciais regulares no setor de varejo. A Companhia recebe descontos comerciais por acordos negociados com seus fornecedores. Estes acordos possuem condições contratuais entre os tipos de descontos, incentivos, bonificações e equalização de margem de vendas, os quais representam um componente significativo reduzindo o custo das vendas de mercadorias. Devido ao grande volume de transações, às diferentes categorias de acordos e a relevância dos valores envolvidos como redução do custo das mercadorias vendidas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto -** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Seleção de uma amostra de acordos comerciais para análise de seus termos, de acordo com a natureza da transação, atentando para avaliação e mensuração dos valores negociados e do adequado período do reconhecimento contábil; - Inspeção de documentação que comprove a liquidação subsequente; - Análise da variação mensal das bonificações negociadas junto aos fornecedores ao longo do exercício. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes relacionados ao período de competência em que ocorreu o registro contábil dos acordos comerciais, os quais não foram registrados pela administração, tendo em vista sua imaterialidade, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos dos acordos comerciais, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Manaus, 23 de março de 2026. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-AM

Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

"Jornalismo que transforma"

www.jcam.com.br
jornaldocommercio
jcommercio

Assinado digitalmente por Empresa Jornal do Comercio Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site
http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/A30E-E5DF-59D9-02DA

ICP Brasil
Versão digital
Assinado digitalmente por Empresa Jornal do Comercio Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site
http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/ECEB-4F35-1502-09FD

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/A30E-E5DF-59D9-02DA ou vá até o site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A30E-E5DF-59D9-02DA

Hash do Documento

1BF1039F2A6DB800C5678F52A8CB9DCE90446911AB81F6DF07B3167C65E85065

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/04/2026 é(são) :

☑ Maria Suely Vasconcelos Do Nascimento - 04.561.791/000*-** em 02/04/2026 20:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EMPRESA JORNAL DO COMERCIO LTDA - 04.561.791/0001-80

Evidências

Geolocation: Location not shared by user.
IP: 172.16.4.8
AC: AC DIGITAL MULTIPLA G1